

A Evolução do Ensino Universitário da Tradução em Portugal

Alexandra M.^a C. B. Rebola

Facultad de Traducción e Interpretación, Universidad de Granada, España
alexandrarebola@sapo.pt

Resumo

O ensino da tradução, em Portugal, a nível universitário é extremamente recente, se considerarmos que noutros países europeus foi implementado nos anos trinta e quarenta do século passado. Foram aplicados vários modelos curriculares, onde inicialmente a teoria parece ter sido preferencialmente favorecida em relação à prática. A intenção desta comunicação prende-se com a análise corrente do sector, através da observação dos modelos curriculares existentes.

Especificamente para este objectivo, foi concebida uma base de dados para compilar e analisar todos os dados relevantes de cada curso: línguas estudadas, perfil dos formadores e planos de estudo. Este instrumento permite não só a análise sistemática da situação em qualquer altura, como também a análise diacrónica da evolução das estruturas dos cursos.

Palavras-chave: teoria, prática, tradução.

Introdução

O ensino da tradução, em Portugal, a nível universitário, tem pouco mais de vinte anos. Até agora, não contamos com muitos estudos de investigação sobre o assunto, que nos permitam conhecer um pouco melhor o que se tem feito nestas duas décadas.

Numa altura em que uma das palavras de ordem é a globalização, a vários níveis, sobretudo o económico, a tradução ocupa um lugar de destaque, como instrumento determinante na viabilização dessa mesma globalização e do entendimento entre os povos das várias nações. Importa, por isso, direccionar a formação dos tradutores para ir de encontro às necessidades do mercado e, para isso, há que conhecer melhor o que se tem feito nesta área, de forma a identificar e colmatar os aspectos menos positivos, porventura os erros.

É na sequência desta linha de pensamento que surge este trabalho. A dicotomia "teoria *versus* prática" no ensino de qualquer matéria origina sempre grande controvérsia, e a tradução não é excepção. Será que a teoria deveria prevalecer sobre a prática na formação dos tradutores? Ou, pelo contrário, obteriam melhor formação aqueles que a mais aulas práticas fossem sujeitos? Não é esse o nosso objectivo, e muito provavelmente será muito difícil chegar a um consenso generalizado sobre o assunto. Todavia, podemos, isso

sim, saber qual o peso que uma e outra vertente têm e tiveram no ensino da tradução, a nível universitário. Podemos ficar a conhecer quais as disciplinas essencialmente teóricas e as essencialmente práticas; e podemos ficar a conhecer a sua evolução ao longo deste, ainda, curto lapso de tempo na formação de tradutores, em Portugal.

Para o efeito e em exclusivo, foi concebida uma base de dados, que conta, até ao momento, com: 37 cursos, 53 instituições, 1058 disciplinas e 574 planos de estudo com 5642 registos, num total. É importante referir que os dados contidos nesta comunicação são, permanentemente, objecto de actualização, para incluir os dados que se vão conseguindo, e que até à data eram inexistentes, e contemplar as alterações que vão surgindo constantemente.

Os dados existentes são resultado de um longo trabalho de pesquisa e de inúmeros contactos. Numa fase inicial, foi contactado o Observatório da Ciência e do Ensino Superior, que amavelmente forneceu uma lista de todas as instituições que poderiam estar habilitadas a leccionar a Tradução e que serviu de ponto de partida. Seguidamente, contacto a contacto, de colegas e outros colaboradores, foi possível recolher mais alguma informação. Ainda assim, a tarefa mostrou-se muito complicada, até porque uma boa parte das instituições contactadas ou não responderam, ou não tinham os dados solicitados: planos de estudo de todos os cursos leccionados, perfil dos formadores e número de alunos matriculados, por ano lectivo.

Para não desistir sem quase sequer ter começado, procedeu-se à recolha de planos de estudo e de outros dados relevantes através dos Diários da República, e sempre que necessário procurou-se o apoio de endereços electrónicos relacionados com o tema (www.Universia.pt; www.adispor.pt; www.rebides.oces.mces.pt; www.mces.pt).

Um pouco de história

Os primeiros cursos de Tradução, ou que incluíam a Tradução, datam de 1986 e 1987. Surge o Curso Superior de Tradutores e Intérpretes ¹, de três anos, no Instituto Superior de Línguas e Administração de Lisboa. Também o Curso de Especialização em Tradução ², de dois anos, na Universidade de Coimbra. E ainda, na Universidade do Porto, a licenciatura em Línguas e Literaturas Modernas ³, nas variantes de Estudos Portugueses e Alemães, Franceses ou Ingleses, respectivamente, e ramos de tradução em português-alemão, francês ou inglês, respectivamente.

Desde então, o número de cursos existentes não parou de aumentar, como se pode constatar pelo gráfico da figura 1.

Ainda em relação a este gráfico, é curiosa a diminuição da oferta em cerca de dez cursos no último ano lectivo, sendo esta a única quebra visível desde sempre, sintomática, talvez, de um decréscimo na procura deste tipo de formação por parte dos alunos, e talvez ainda, também, pelas poucas saídas profissionais e incapacidade de absorção por parte do mercado de todos estes tradutores.

Talvez seja interessante conhecer também a distribuição geográfica da oferta, de acordo com os dados recolhidos até ao momento, na formação de tradutores. Na tabela 1 salientamos uma maior oferta, perfeitamente destacada dos outros distritos, de Lisboa e Porto. São estes os que, considerando os vários cursos em todos os anos lectivos, em todas as instituições do distrito, detêm o primeiro e segundo lugar, respectivamente.

¹ Funcionamento autorizado pelo despacho n.º 127/MEC/86, de 21 de Junho.

² Aprovado pela Portaria n.º 870/87, de 11 de Novembro.

³ Criado pela Portaria n.º 850/87, de 3 de Novembro.

Número de cursos por Ano Lectivo

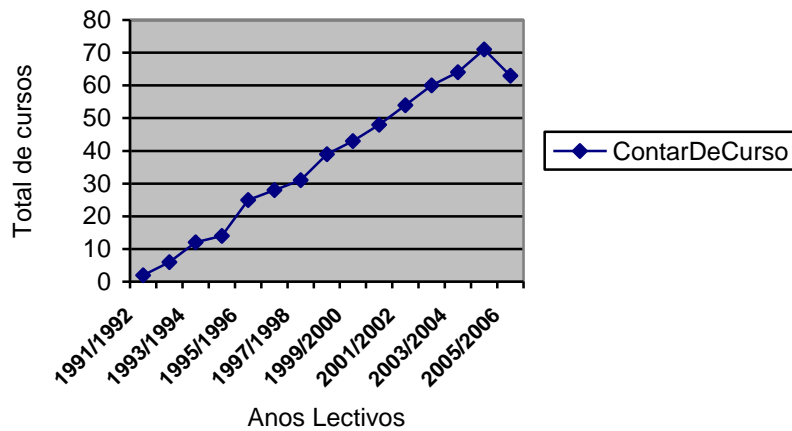


Figura 1 – Número de cursos por Ano Lectivo.

Tabela 1 – Lista de cursos por distrito.

N.º total de cursos	Distrito
37	Aveiro
37	Beja
74	Braga
111	Bragança
74	Castelo Branco
74	Coimbra
37	Évora
111	Faro
111	Leiria
481	Lisboa
37	Portalegre
333	Porto
37	R. A. Açores
37	R. A. Madeira
74	Santarém
74	Setúbal
37	Viana do Castelo
37	Vila Real
148	Viseu

Teoria *versus* prática

Várias leituras podem ser retiradas desta base de dados, que nos permitem conhecer um pouco melhor a história e o presente da formação de tradutores, em relação a estes aspectos, em Portugal.

É importante referir antes que, infelizmente, nem todos os cursos contêm a informação necessária para recolher este tipo de dados. Poderíamos adiantar, sem grande

margem de erro, que vinte a vinte e cinco por cento de todos os cursos não permitem especificar a carga horária para as componentes teoria e prática.

Vejamos, numa primeira análise, a evolução e impacto que estas mesmas componentes tiveram desde o início da formação de tradutores em Portugal. Consideremos o gráfico da figura 2.

O que sobressai logo à partida é a quase inexistência de informação até ao ano lectivo 1996/1997. De facto, só a partir desta data se dá início a um novo período, onde as disciplinas são classificadas como teóricas, teórico-práticas ou práticas.

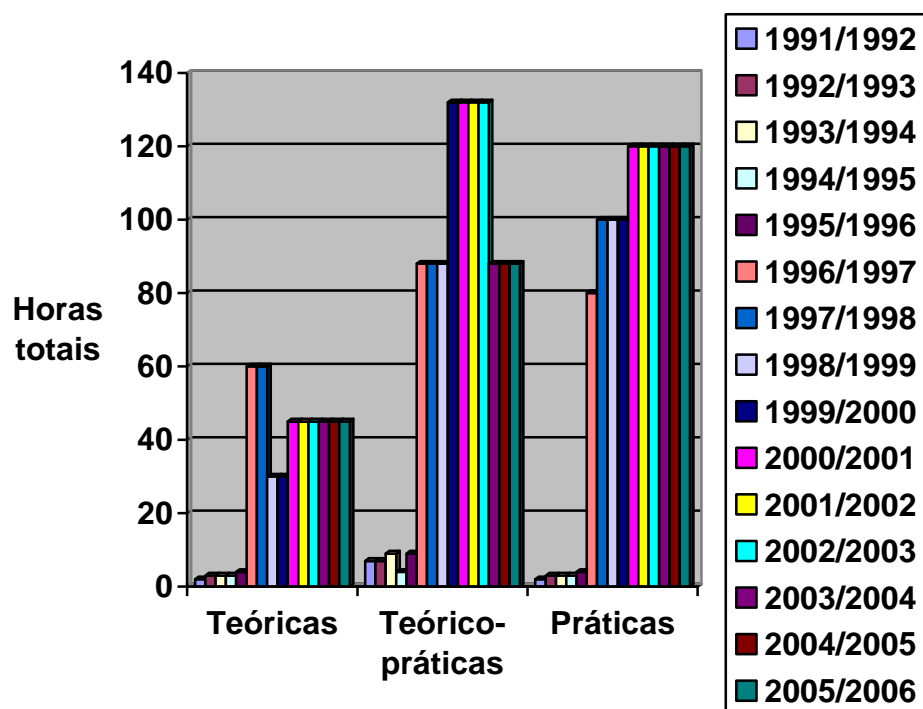


Figura 2 – Evolução do tipo de aulas.

Relacionando a componente prática com a teórica, chegamos à conclusão que, à data da redacção desta comunicação e com os dados até agora inseridos, a componente teórica é sempre inferior à prática. Poderíamos, então, facilmente inferir que a formação de tradutores em Portugal tem sido, sempre, levada a cabo numa óptica de vertente prática. Claro que haveria que esmiuçar melhor esta questão, para estudar que parâmetros são aplicados nesta classificação e se o foram de forma homogénea, coerente e constante. A título de exemplo, poderão ser classificadas, igualmente, como práticas disciplinas que prevejam no seu programa: a apresentação para tradução/retroversão de textos de uma qualquer especialidade para serem discutidos em aula com um formador que nem tem formação, nem experiência, em tradução ou na especialidade tratada; ou a apresentação desses mesmos textos com formador com experiência na especialidade e formação na tradução, ou mesmo formação na especialidade e experiência na tradução; ou ainda o contacto directo com a terminologia específica da especialidade, em contexto real, com profissionais da área e o apoio de formador com experiência e/ou formação na tradução? Este é sem dúvida um tema delicado e pertinente, que mereceria alguma atenção por parte de todos aqueles que têm responsabilidades na formação de tradutores. Há ainda a considerar, também, a oferta de estágios, uma vez que, em termos de prática, estas unidades curriculares são, de facto, a melhor forma de consolidar os conhecimentos adquiridos no curso e obter *in situ* novas competências.

A figura 3 dá-nos a evolução, em carga horária total, da unidade curricular "Estágio" por cada ano lectivo.

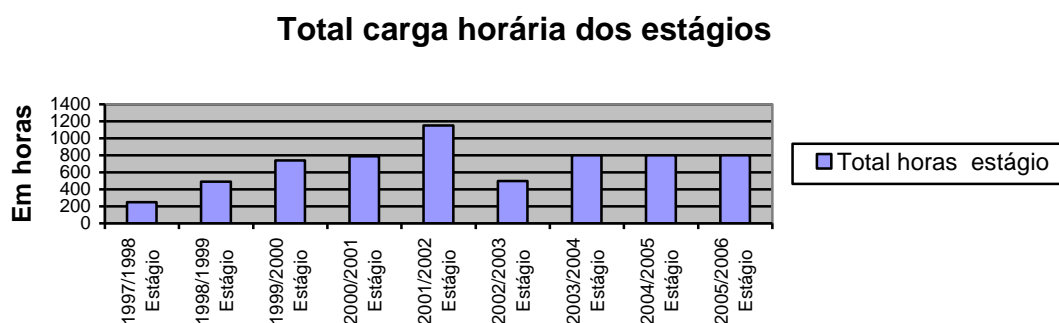


Figura 3 – Total da carga horária da unidade curricular "Estágio", por ano lectivo.

De acordo com os dados inseridos, até ao momento, constatamos que houve um movimento ascendente constante desde o ano lectivo de 1997/1998 até ao de 2001/2002, onde atingiu o nível mais alto de sempre. Houve seguidamente um decréscimo bastante acentuado, de uma carga horária de quase 1200 horas passou-se para uma de pouco mais de 400 horas, para estacionar depois nas 800 horas, desde 2003/2004.

Retomando a figura 2, é, ainda, curioso o facto de apenas a componente prática registar um movimento regular em sentido ascendente, até ao ano lectivo de 2000/2001, após o que se tem mantido constante. Como constante se tem mantido a componente teórica também, desde então.

Não é possível afirmar que existe um movimento proporcional destas três componentes, mas é de salientar, por curioso também, o facto de haver quase sempre um período de mantimento no mesmo nível de dois a quatro anos lectivos, salvo raras excepções. A confirmar este aspecto, está o facto de que um plano de estudos não é alterado com muita frequência, certamente, também, pelo percurso que tem que percorrer até ser implementado. Com alguma frequência, a sua publicação em Diário da República é feita com data posterior à sua entrada em vigor e com efeitos retroactivos. Realmente, a confecção de um plano de estudo é algo que está longe de ser flexível, para permitir pequenas alterações e adaptações mais frequentes, e é pensado para vigorar a médio/longo prazo. Ora se atendermos a que um curso é pensado para suprir o mercado de profissionais qualificados, pois esse deveria ser o objectivo primordial de qualquer formação, não é difícil aceitar que esse mesmo mercado possa ter variações mais frequentes que impliquem adaptações de uma ou outra estrutura curricular no decorrer de um curso e que, portanto, seria desejável que se encontrasse uma forma de "desburocratizar" o processo e torná-lo flexível.

Continuando na análise da figura 2, um último comentário para referir que para o período compreendido entre os anos lectivos de 1999/2000 a 2002/2003 assistiu-se a um aumento de pouco mais de 40 %, em relação aos anos lectivos anteriores, no que diz respeito à componente teórico-prática, sem que tenha havido um movimento proporcional das outras duas componentes, o que poderá evidenciar um acréscimo de carga horária total neste período. Todavia, nunca é demais lembrar que os dados recolhidos até ao momento não estão completos e que, para os anos lectivos anteriores ao de 1996/1997, muito raramente se encontrou a informação detalhada a este ponto.

Passemos agora ao estudo das disciplinas, sempre dentro desta perspectiva teoria *versus* prática. Para tal socorrer-nos-emos de três tabelas que reflectem os valores máximos de carga horária das componentes, que temos vindo a apreciar, para cada disciplina registada na base de dados.

Tabela 2 – Disciplinas que registam os valores máximos de carga horária para a componente teórica.

Disciplina	Carga Horária Teórica
Vida Política e Relações Internacionais	60
Ciência, Cultura e Sociedade	45
Comunicação e Expressão	45
Ética e Deontologia I	45
História e Cultura da Comunidade Surda	45
Metodologia de Pesquisa e Organização da Informação	45
Ética e Deontologia	30
História e Cultura da Comunidade Surda numa Perspectiva Psicossociológica.	30
Língua e Cultura Estrangeiras I	30
Língua e Cultura Portuguesas III	30
Linguagem e Cognição	30
Linguística Comparada	30
Teoria e Prática da Tradução e da Interpretação	30
Teoria e Prática da Tradução e da Interpretação II	30

Tabela 3 – Disciplinas que registam os valores máximos de carga horária para a componente teórico-prática.

Disciplina	Carga Horária Teórico-Prática
Prática Textual em Língua Portuguesa	132
Teoria e Prática da Tradução de Francês	110
Teoria e Prática da Tradução de Inglês	110
Deficiência Auditiva II	88
Língua e Cultura Portuguesas	88
Linguística Comparada	88
Opção - Língua Estrangeira	88
Teoria e Prática da Tradução e Interpretação III	88
Ética e Deontologia	66
Metodologia da Investigação	66
Princípios e Práticas do Processo de Ensino-Aprendizagem	66
Teoria e Prática da Tradução e da Interpretação	66
Linguística e Estilística (a)	65
Direito Internacional Público e Europeu	60
Teoria e Metodologia da Tradução	60
Ciência, Cultura e Sociedade	55
Comunicação e Expressão	55

Tabela 4 – Disciplinas que registam os valores máximos de carga horária para a componente teórico-prática.

Disciplina	Carga Horária Prática
Língua Gestual Portuguesa II	120
Língua Gestual Portuguesa I	100
Teoria e Prática da Tradução e da Interpretação	90
Língua e Cultura Estrangeiras I	80
Língua e Cultura Francesa I	80
Língua e Cultura Inglesa I	80
Língua Gestual Portuguesa V	80
Teoria e Prática da Tradução e da Interpretação II	80
Interpretação Consecutiva	60
Interpretação Simultânea (a)	60
Língua e Cultura Estrangeiras II	60
Saúde e Condição Física	60
Teoria e Prática da Tradução e Interpretação I	60

Pela leitura destas tabelas é possível constatar que não se pode afirmar que existam disciplinas que pertençam, exclusivamente, a qualquer uma das componentes estudadas. De facto, assinalámos algumas dessas disciplinas que se encontram contempladas em duas das três, senão nas três, tabelas, o que significa que num determinado curso, numa determinada instituição essas mesmas disciplinas, ou pelo menos disciplinas com designações iguais, têm características programáticas que as definem como disciplinas de componente prática, por exemplo, enquanto que noutra instituição verificamos que poderão estar definidas para outra componente. Esta situação vale igualmente para uma mesma disciplina, a qual pode ter registos de aulas teóricas, teórico-práticas e práticas, em simultâneo.

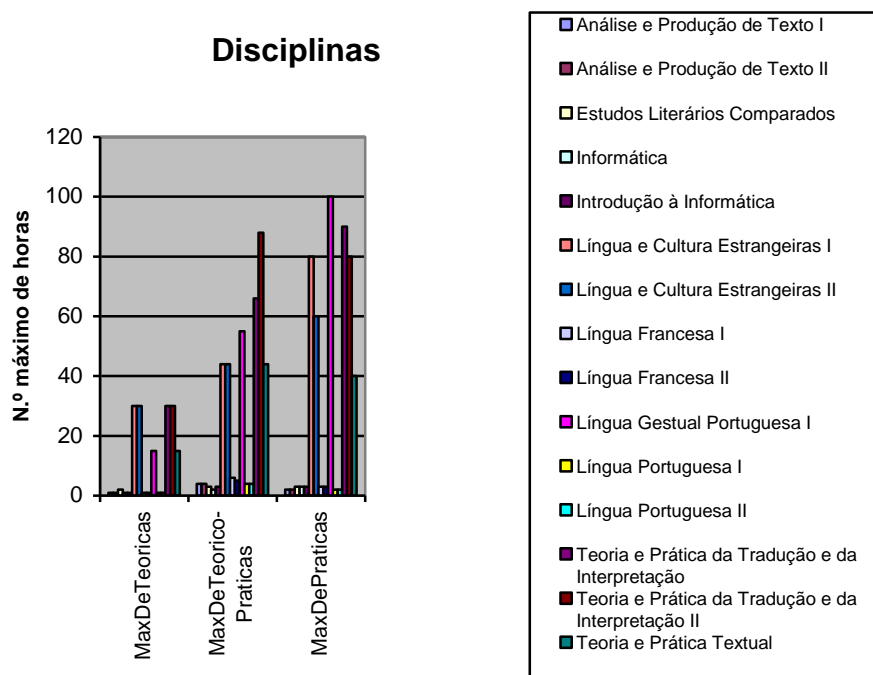


Figura 4 – Disciplinas consideradas nas três componentes estudadas.

No gráfico da figura 4 podemos observar alguns exemplos mais evidentes do que se acaba de comentar. Consideremos a disciplina Língua Gestual Portuguesa I, esta disciplina tem uma carga horária de 100 horas de aulas práticas, de cerca de 57 horas de aulas teórico-práticas e cerca de 16 horas de aulas teóricas. Todavia, se considerarmos os registos em que ela aparece numa só das classificações, figura como a disciplina que maior carga horária tem de aulas práticas. E neste aspecto, tal como já se referiu anteriormente, seria interessante saber quais os parâmetros que são usados na classificação do tipo de aulas.

Conclusão

Deste pequeno estudo, ainda muito incompleto, ressaltam algumas ideias, que poderão ser importantes para melhorarmos a formação dos nossos tradutores.

Não se observou qualquer homogeneidade nos planos de estudo dos vários cursos e das várias instituições, ainda que nesta comunicação não se tivessem abordado outros pontos vitais, como sejam, por exemplo, a comparação de disciplinas troncais e a formação dos nossos formadores de tradução.

Não existe uma linha de actuação comum e consentânea com as necessidades do mercado. É caricato que se comente que há falta de tradutores especializados nalgumas áreas e continuem a surgir cada ano licenciados e bacharéis, muito embora estes últimos já em muito menor número, que não têm colocação. Algo não funciona e importa, por isso, reunir esforços e reflectir sobre este assunto.

Do trabalho que foi desenvolvido, até ao momento, salientamos o facto de ter havido extrema dificuldade na obtenção de dados, o que torna difícil qualquer tentativa de estudo sobre a matéria. Uma das duas ideias mais relevantes que ficam é a de que a Tradução encontra-se num núcleo extremamente fechado, protegido, onde é difícil penetrar até para investigar. Há muito a fazer não só entre nós, como também com os outros países, no sentido de partilhar e comparar experiências. A outra é a de que, a existir o tipo de dados solicitado para todas as instituições, não é fácil aceder a eles ou não se encontram devidamente organizados e registados.

NOTA BIOGRÁFICA

Nasci em Vila Real de Santo António, a 1 de Janeiro de 1967. Aí vivi e completei os meus estudos secundários, em 1984. Depois de um interregno de onze anos, voltei a estudar e em 1997, completo o Bacharelato de Tradução, na Universidade do Algarve. Posteriormente, em 1999, quando surgiu a Bietápica, voltei à Universidade para fazer o 2.º ciclo, o que aconteceu em 2000. Insatisfeita, sonhei continuar os estudos, mas não em Portugal. Candidatei-me então a um dos *Programas de Doctorado* da *Facultad de Traducción e Interpretación* da *Universidad de Granada*, dentro da área da Didáctica da Tradução. Continuo a tentar terminar o meu projecto de investigação, conciliando, com alguma dificuldade, a tarefa com as actividades profissionais de Tradutora, Técnica Oficial de Contas, Mediadora de Seguros e sócia-gerente da Contradução – Serviços de Contabilidade e Tradução, Lda. e com o papel de esposa, dona-de-casa e mãe babada de quatro filhas.